

ENTREVISTAS

Apresentação

A *Revista de Sociologia e Política* já há algum tempo tem o hábito de trazer em seus números semestrais um dossiê sobre assunto considerado relevante para as Ciências Sociais brasileiras e de interesse permanente para os pesquisadores. Desta vez, a *Revista* pretendeu comemorar os cinquenta anos da Assembléia Constituinte de 1946, marco fundamental da história política brasileira e ponto de passagem da ditadura estadonovista para a democracia populista, com um número especial. Os editores decidiram que a data merecia não apenas a publicação de artigos acadêmicos que avaliassem o significado mais amplo daquele acontecimento para o desenrolar da vida política e econômica nacional mas, ao lado disso, a apresentação ao público especializado de algo que pudesse se transformar num documento histórico; um dossiê que não apenas registrasse o evento, mas que fosse também de interesse permanente para os estudiosos da política nacional. Nesse sentido, nada mais urgente (e apropriado para a solenidade da ocasião) do que a realização de uma série de entrevistas com os protagonistas da Assembléia Constituinte de 1946. Com o concurso do professor Sérgio Soares Braga, da Universidade Federal do Paraná, coordenador do *Dossiê Constituinte de 1946*, foram feitas entrevistas com Jorge Amado, João Amazonas, Joaquim Batista Neto e Goffredo da Silva Telles Júnior.

Em seu depoimento, Jorge Amado, além de recordar sua participação na Assembléia Consti-

tuinte de 1946, faz referências aos tempos de militância no Partido Comunista do Brasil, ao papel dos escritores na derrubada do Estado Novo, à efervescência política característica do final da Era Vargas e à combatividade de alguns daqueles intelectuais nos quadros do Partido Comunista. O PCB é visto pelo autor como um partido principalmente de intelectuais — antes mesmo de ser um “partido de trabalhadores” — que se candidataram às eleições para a Assembléia Constituinte nos diferentes estados sob a legenda do Partido. Amado lembra ainda sua própria atividade no processo constituinte.

Na sede do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil (PC do B), em São Paulo, foi realizada em novembro de 1995, com a colaboração de Luciano Cavini Martorano (UNICAMP), a entrevista com o líder comunista João Amazonas. Num primeiro momento, Amazonas rememora seu ingresso no movimento popular e democrático, ainda no Pará, através da Aliança Nacional Libertadora e, depois, do Partido Comunista. Enfatiza a violenta repressão sofrida pelo Partido durante a ditadura instaurada em 1937, resultando na prisão de várias lideranças de expressão nacional e na sua quase completa destruição. Com o fim do Estado Novo e o início da “redemocratização”, a entrevista tem seu ponto alto, no qual Amazonas rememora a reestruturação partidária e o enorme crescimento organizacional e político do Partido Comunista, a ponto de se tornar uma força significativa

na Constituinte de 1946. O mais interessante, porém, é a revelação de que o processo de cassação dos comunistas, do registro do partido e do mandato de seus representantes, não se deu do dia para noite, mas foi patrocinado desde os primeiros instantes do processo de “redemocratização”, sob incentivo direto do General Dutra. A série de prisões, assassinatos e a violenta repressão aos comícios populares, intensificada pelo susto da boa performance comunista nas eleições de 1947, culminaram na cassação definitiva do partido e de seus deputados e vereadores. Todos esses fatos parecem tornar pertinente a opinião de Amazonas de que a derrubada de Getúlio, num momento em que este se aproximava das forças progressistas do País, deve ser encarada mais como uma reação a esse movimento, do que como um ato político progressista em direção à “redemocratização” nacional.

A entrevista seguinte foi realizada pelo historiador Henri Randel Costa (UFCE) — com base em roteiro elaborado por Sérgio Braga — e permite reconstituir a trajetória política de um dos mais destacados líderes comunistas de então: Joaquim Batista Neto. Marinheiro e operário, Batista Neto descreve suas atividades no interior da Marinha brasileira, no movimento operário e seu papel de liderança no Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT). Todas essas ações mais tarde iriam projetá-lo na cena política nacional quando seria eleito primeiro suplente de Deputado Federal, logo atrás de Luís Carlos Prestes. Com a indicação deste último para uma vaga no Senado, assume a cadeira de deputado constituinte. Na Assembléia, sua participação continua refletindo a proximidade e a identificação com os movimentos de base e suas reivindicações específicas. Para Batista Neto é justamente o descolamento do Partido Comunista do Brasil desses movimentos, somado à repressão da governo Dutra, que explica a ausência de um protesto organizado contra o processo que colocou o Partido

na ilegalidade. A entrevista de Batista Neto bem pode servir como fonte de pesquisa para os que analisam as diferentes lideranças e atores políticos envolvidos na elaboração da Constituição de 1946, num cenário inaugurado por um processo de redemocratização que já, naquele momento, revelava alguns de seus limites, expressos, sobretudo, na repressão ao movimento operário e no cerceamento da liberdade de organização partidária.

O depoimento de Goffredo da Silva Telles Júnior — ex-militante da Ação Integralista Brasileira, deputado constituinte pelo PSD-SP (em coligação com o Partido da Representação Popular, organizado por Plínio Salgado), advogado e Professor Emérito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, a qual esteve ligado por toda a sua vida — revela mais que a experiência de um jurista no palco privilegiado em que são elaboradas as leis fundamentais do país. Destaca sobretudo uma experiência que permitiu ao ex-deputado avaliar, à luz de uma percepção própria, os problemas reais da representação política e, por extensão, da própria essência das dificuldades que perpassam a realização efetiva da democracia. O Professor Goffredo não hesita em qualificar a representação política na Assembléia Constituinte de 1946, e no presente, como uma “mentira”. É nesse sentido que se pode compreender, para ele, o caráter limitado da democracia brasileira de 1945-1964. Sua experiência, entretanto, não explicitou para o ex-constituinte apenas os problemas relativos à representação política e à limitação da democracia brasileira no pós-guerra. Permitiu a ele refletir também sobre a evolução da democracia no mundo moderno e, em particular, no Brasil atual. Crítico das formas tradicionais da democracia liberal, Goffredo Telles Jr., autor da histórica *Carta aos Brasileiros* (1977), defende aqui a necessidade de se pensar procedimentos alternativos de representação política, como, por

exemplo, a criação de um “plenário do povo” que se colocaria ao lado da Câmara dos Deputados e que seria uma instância na qual os problemas seriam discutidos preliminarmente e na qual seriam formulados projetos elaborados por pessoas portadoras de conhecimentos técnicos correspondentes à matéria discutida. Tal entrevista joga luz, sobretudo, no problema da representação política ao afirmar que ela deve se processar sob novas formas. É este, sem dúvida, um dos problemas-chave da compreensão dos limites e das possibilidades efetivas da democracia,

quer a perspectiva em questão seja válida ou não.

Os editores da *Revista de Sociologia e Política* esperam que seus leitores tenham assim um contato mais direto com aquele momento crucial da história política brasileira a partir dos depoimentos feitos pelos seus protagonistas, e que os pesquisadores possam deles retirar subsídios que permitam avançar seus estudos. Por fim, agradecemos profundamente aos deputados constituintes de 1946 pela atenção dispensada e pela disposição em conceder à *Revista* as entrevistas que apresentamos a seguir.

Os Editores

